
Instituto Península
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Associados
Instituto Península

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Península (o "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do supervávit das atividades sociais, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva – limitação de escopo", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Península em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião com ressalva – limitação de escopo

O Instituto, por não ter fins lucrativos, obtém parte substancial de suas receitas por meio de doações recebidas de terceiros que somente podem ser identificados quando registradas contabilmente. Por essa razão, nossos exames sobre as receitas ficaram restritos, exclusivamente, aos valores contabilizados.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

Instituto Península

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

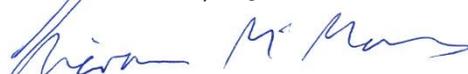
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Kieran John McManus
Contador CRC 1SP216241/O-4

Instituto Península

Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	599.815	372.432
Outros adiantamentos		30.985	29.315
Outros ativos		7.541	8.886
Total do ativo circulante		638.341	410.633
Não circulante			
Depósito judicial	6	343.654	-
Imobilizado líquido		79.860	71.256
Total do ativo não circulante		423.514	71.256
Total do ativo		1.061.855	481.889
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Contas a pagar		94.130	115.336
Impostos e contribuições	7	505.853	171.573
Provisões trabalhistas		142.578	115.876
Total do passivo circulante		742.561	402.785
Patrimônio social			
Patrimônio social	8	319.294	79.104
Total do patrimônio social		319.294	79.104
Total do passivo e patrimônio social		1.061.855	481.889

Instituto Península

Demonstração do superávit (déficit) das atividades sociais Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas operacionais			
Receitas para execução de programas e projetos	9	20.920.744	18.269.500
Obtenção de Serviço voluntário	10	160.716	539.620
		<hr/>	<hr/>
Total das receitas operacionais		21.081.460	18.809.120
Custos operacionais			
Custos para execução de programas e projetos	11	(14.553.749)	(16.180.330)
		<hr/>	<hr/>
Resultado bruto		6.527.711	2.628.790
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(2.185.076)	(1.128.695)
Despesas administrativas	11	(3.961.735)	(1.711.177)
Apropriação de Serviço voluntário	10	(160.716)	(539.620)
		<hr/>	<hr/>
Total das despesas operacionais		(6.307.527)	(3.379.492)
Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro		220.184	(750.702)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(5.256)	(9.450)
Receitas financeiras		25.262	52.015
		<hr/>	<hr/>
Total do resultado financeiro		20.006	42.565
Superávit (déficit) do exercício		240.190	(708.137)

Instituto Península

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>240.190</u>	<u>(708.137)</u>
Superávit (déficit) abrangente do exercício	<u>240.190</u>	<u>(708.137)</u>

Instituto Península

Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<i>Nota</i>	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2015		787.241	-	787.241
Déficit do exercício		-	(708.137)	(708.137)
Transferência para patrimônio social		(708.137)	708.137	-
Em 31 de dezembro de 2016		79.104	-	79.104
Superávit do exercício		-	240.190	240.190
Transferência para patrimônio social		240.190	(240.190)	-
Em 31 de dezembro de 2017	7	319.294	-	319.294

Instituto Península

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	240.190	(708.137)
Ajustes de:		
Depreciação	12.849	9.604
	<u>253.039</u>	<u>(698.533)</u>
(Aumento) redução do ativo		
Outros adiantamentos	(1.670)	(15.675)
Outros ativos	1.345	270.538
Depósito judicial	(343.654)	-
Aumento (redução) do passivo		
Contas a pagar	(21.206)	12.142
Impostos e contribuições	334.280	111.240
Provisões trabalhistas	26.702	35.147
	<u>248.836</u>	<u>(285.141)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
	<u>248.836</u>	<u>(285.141)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(21.453)	-
	<u>227.383</u>	<u>(285.141)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos		
	<u>227.383</u>	<u>(285.141)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	372.432	657.573
No final do exercício	599.815	372.432
	<u>227.383</u>	<u>(285.141)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos		
	<u>227.383</u>	<u>(285.141)</u>

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Resumo dos principais projetos

O Instituto Península ("Instituto") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que possui sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2055, Pinheiros .

O Instituto tem como objetivo a promoção, apoio, patrocínio, investimento e desenvolvimento de atividades educacionais, assistenciais e culturais, visando o fortalecimento do processo de construção da cidadania.

Em 28 de março de 2018, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

O Instituto tem se dedicado aos seguintes programas e projetos:

- ISESP (Instituto Superior de Educação São Paulo) - entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover o ensino de educação superior voltado para a formação de professores. O Instituto Península é o mantenedor da entidade.
- Instituto Lemann - apoio à tradução para o português dos vídeos didáticos da Khan Academy - organização norte-americana que visa contribuir com a educação de crianças e jovens por meio de videoaulas online, disponibilizadas gratuitamente em seu site oficial.
- Instituto Chapada de Educação e Pesquisa - projeto tem como foco a qualificação das práticas pedagógicas das classes de 4 a 5 anos nas redes municipais de ensino vinculadas ao Projeto Chapada e implantação de políticas públicas para qualificar a Educação Infantil na região da Chapada Diamantina, na Bahia.
- Associação Parceiros da Educação - apoio ao projeto Educação Compromisso de São Paulo, que visa contribuir para a elaboração de plano estratégico de longo prazo para guiar as ações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
- Associação Parceiros da Educação (**Itirapina**) - projeto de formação continuada das equipes escolares em 4 escolas de ensino fundamental (anos iniciais) da rede pública em Itirapina.
- Instituto Fazenda da Toca - atua com uma equipe multidisciplinar nas áreas de educação, saúde integral, cultura e meio ambiente, com a missão de compartilhar, criar, ampliar e difundir a cultura do viver orgânico.
- Núcleo de Alto Rendimento Esportivo (NAR) - O NAR é um centro de avaliações e treinamento que prepara atletas e equipes de alto rendimento; capacita cientificamente técnicos e preparadores físicos brasileiros em busca de melhores resultados nacionais e internacionais. Anualmente mais de 1400 atletas de alto rendimento são avaliados em mais de 74 modalidades esportivas.
- Todos pela Educação - projeto de advocacy. É um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade.

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

- Instituto Rodrigo Mendes - o projeto DIVERSA tem como objetivo documentar e divulgar estudos de caso, vídeos e relatos de práticas pedagógicas direcionadas a alunos com deficiência por meio de um portal na internet e outras mídias. Deste modo, será possível transformar as experiências entre professores sobre educação inclusiva.
- Instituto Verdescola – é um núcleo educacional que oferece atividades extracurriculares para crianças e jovens da comunidade da Vila do Sahy, em São Sebastião – SP. Tem como foco promover a educação, o desenvolvimento humano e comunitário por meio de ações socioeducativas e socioambientais, com atividades de reforço escolar, artes, informática, leitura e interpretação, lógica, capoeira, entre outras. A instituição promove ainda cursos profissionalizantes, com foco na geração de renda para os moradores da região.
- Comunitas - Parcerias para o Desenvolvimento Solidário - O projeto Juntos Pelo Desenvolvimento Sustentável tem como foco atuar em parceria com prefeituras a fim de melhorar a gestão dos recursos públicos e do equilíbrio fiscal, promover a participação da sociedade civil e dos servidores públicos, e incorporar opiniões e interesses destes setores nas tomadas de decisão.
- Programa de Bolsas (Formar +) – programa que concede bolsas para que alunos de baixa renda possam realizar graduação em pedagogia, licenciatura em matemática ou em letras no Singularidades.
- Ensino Híbrido – projeto do Instituto Península realizado em parceria com Instituto Lemann. Tem como foco a formação de professores através de uma proposta inovadora.
- Centro de Inovação para Educação Brasileira – CIEB – tem como foco selecionar e apoiar a implementação de plataformas no ensino público em parceria público privada para promover a cultura de inovação na educação pública, estimulando um ecossistema gerador de inovações efetivas.
- Atletas pelo Brasil – projeto de advocacy pelo esporte nacional, como instrumento de transformação social. Tem como foco promover o acesso ao esporte, para que seus benefícios na saúde, educação e na formação façam parte da realidade da população brasileira.
- Ensina Brasil - o projeto Ensina Brasil visa atrair talentos e desenvolver jovens lideranças para transformar a educação brasileira.
- Projeto Impulsiona - programa de educação esportiva do Instituto Península. Voltado para educadores da rede pública, busca disseminar os valores do esporte e ampliar o repertório de práticas esportivas nas escolas, apoiando o desenvolvimento integral dos alunos.

Para executar seus projetos, o Instituto conta com recursos provenientes de (a) doações, legados, contribuições, auxílios, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas; (b) eventuais rendas provenientes de bens ou de prestação de serviços; (c) subvenções dos poderes públicos federal, estadual e municipal; (d) contribuições em bens móveis e imóveis; (e) eventos promovidos pelo Instituto; (f) eventos organizados para levantamento de fundos para programas mantidos pelo Instituto; (g) acordos e convênios celebrados com o poder público; (h) outras receitas decorrentes de atos lícitos e compatíveis com a finalidade do Instituto e com o estatuto social.

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Os mantenedores do Instituto têm o compromisso de arcar com as obrigações assumidas pelo Instituto e por subsidiar futuros investimentos que estejam enquadrados nas políticas de investimento. Para tanto, os mantenedores realizarão contribuições suficientes para cobrir as obrigações previstas no próximo ano.

Com relação à tributação, ressalta-se:

(a) A Lei 9.532/1997 condicionou o gozo de imunidade fiscal às entidades sociais e educativas, nos seguintes termos:

Art. 12: Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea c, da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- . Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
- . Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- . Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- . Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- . Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- . Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- . Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

O Instituto vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) O Instituto goza de isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), em relação às receitas de suas atividades sem fins lucrativos, nos termos do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35/01.

Acerca da continuidade operacional do Instituto, a Península Participações concorda incondicionalmente em prestar todo e qualquer apoio financeiro necessário ao Instituto, pelo menos, em um período de doze meses da data dessa demonstração financeira para satisfazer todas e quaisquer obrigações, incluindo qualquer serviço da dívida a terceiros e partes relacionadas, à medida que tais valores venham a ser devidos e pagáveis.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", combinada com a NBCTG 1000 (CPC PME) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem espécie em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata.

2.3 Ativo circulante e passivo circulante

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade em até 12 meses, conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.5 Patrimônio social

O patrimônio do instituto é composto de rendas, recursos e eventual resultado operacional que são aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

objetivos institucionais.

2.6 Receita de doações

As doações, efetuadas de maneira espontânea, são reconhecidas apenas quando recebidas (regime de caixa).

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis das contas a pagar estejam próximos de seu valor justo, considerando os prazos de liquidação. O Instituto não possui passivos financeiros decorrentes de captação de recursos.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O Instituto não tem estimativas contábeis consideradas críticas que possam apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados pelo caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, os quais não estão sujeitos a risco de mudança de valor.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixas e bancos	448.556	102.152
Aplicações financeiras	<u>151.259</u>	<u>270.280</u>
	<u>599.815</u>	<u>372.432</u>

As aplicações financeiras têm rendimentos do CDI que somaram um montante de R\$ 13.367 (2016 - R\$ R\$ 49.793) e estão devidamente contabilizadas no resultado do exercício. A variação do CDI geralmente gira em torno de 90% a 120%.

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Depósitos Judiciais e Contingências

O Instituto vem depositando em juízo os valores de PIS e INSS incidentes sobre a folha de pagamento, desde abril de 2017, quando o mesmo entrou com agravo de instrumento para que seja reconhecido o direito ao gozo da imunidade pelas entidades sociais e educativas, conforme previsto pelo artigo 195, § 7º da Constituição Federal, de modo a afastar a exigência das Contribuições à Seguridade Social.

O Instituto entrou com um mandado de segurança contra a União (Fazenda Nacional), impetrado para assegurar o direito da empresa não se submeter à incidência da contribuição social ao salário educação, à alíquota de 2,5%, tendo como base de cálculo o total das remunerações pagas ou creditadas a seus segurados empregados com apoio nas leis n.s 9.424/96, 9.766/98, 11.457/07 e decreto lei n. 6.003/06, bem como o recolhimento das contribuições sociais devidas a terceiros, nos termos do decreto lei n.1.146/70 e lei n. 2.613/55 (INCRA), na lei n. 8.029/90 (SEBRAE), no decreto lei n.8.621/46 (SENAC) e decreto lei n. 9.853/46 (SESC). Classificada com Possível, valor da causa R\$ 200.000,00.

7 Impostos e contribuições

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INSS a recolher	404.848	68.292
FGTS a recolher	24.982	21.418
IR retido na fonte	35.632	37.555
Outros impostos a recolher	40.391	44.308
	<u>505.853</u>	<u>171.573</u>

(a) O aumento do saldo refere-se ao INSS sobre folha de pagamento a partir de 04/2017, cujo, o Instituto entrou com agravo de instrumento (vide nota 6).

8 Patrimônio social

Conforme Estatuto Social, o Instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu patrimônio. Dessa forma, eventual superávit apurado, após compensação do déficit acumulado, deverá ser integralmente incorporado ao patrimônio social.

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Receitas para execução de programas e projetos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuições - PAIC e Península	20.215.540	17.000.000
Doações de pessoas jurídicas	-	150.000
Patrocínios	514.000	950.000
Convênios	191.204	169.500
	<u>20.920.744</u>	<u>18.269.500</u>

10 Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o Instituto identificou e mensurou todo o valor de serviço voluntário recebido durante os exercícios de 2017 e de 2016.

Os valores de serviços voluntários foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes para diretor-presidente, diretores e conselheiros e pelo valor justo da prestação de serviços para assessoria jurídica pro-bono e estão assim sumarizados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Assessoria e consultoria (pro bono)	40.690	39.524
Diretoria Estatutária	101.956	447.250
Conselho de Administração	18.070	52.846
	<u>160.716</u>	<u>539.620</u>

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2017 e 2016, como receitas e despesas operacionais na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit (déficit) do exercício.

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Custo para execução de programas e projetos e Despesas Administrativas

a) Despesas com doações - Diversas

O Estatuto Social define que para a realização do seu objeto social o Instituto poderá, entre outras formas, apoiar, inclusive financeiramente projetos e programas desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos ou econômicos que sejam condizentes com as finalidades sociais do Instituto. Em 2017 e 2016, a maior parte das doações foi efetuada para o ISESP.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Instituto Superior de Educação de São Paulo (ISESP)	5.914.622	6.290.600
Instituto Fazenda da Toca	2.715.000	2.280.000
Centro de Inovação Educ. Bras. CIEB	500.000	697.917
Instituto Verdescola	500.000	500.000
Todos pela Educação	500.000	225.000
Atletas pelo Brasil	350.000	-
Associação Parceiros da Educação	328.206	813.595
Instituto Natura	250.000	-
Instituto Lemann	200.000	500.000
Soc. Beneficente Hospital Albert Einstein	153.120	106.200
Instituto Rodrigo Mendes	110.000	175.000
Ensina Brasil	100.000	100.000
Instituto Chapada de Educação e Pesquisa	92.903	150.000
Gife - Grupo de Institutos Fund e Emp.	52.877	-
Instituto Lourenço Castanho	24.000	56.000
Comunitas Parc. Desenv. Solidário SP	-	1.000.000
Atletas pela Cidadania	-	300.000
Livros de Safra Editora e Com.	-	295.228
Outros	160.000	49.367
	<u>11.950.728</u>	<u>13.538.907</u>

b) Despesas e receitas com doações – Projeto NAR

Segue descrição das despesas e receitas sobre execução do Termo de Convênio com a Prefeitura de SP, sobre o projeto NAR:

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas	2017	2016
Despesa operacional	1.520.963	1.663.271
Investimentos	-	16.000
Recursos humanos	1.082.058	962.152
	2.603.021	2.641.423

As receitas com doações e patrocínios (nota 8) incluem as seguintes, referentes ao Projeto NAR:

Receitas	2017	2016
Caixa Econômica Federal	364.000	400.000
Ambev S.A	150.000	100.000
Confederação Brasileira de Rugby	115.300	120.000
RED BULL Futebol e Entreterimento	66.140	49.500
Instituto Lemman	8.000	-
Investimentos	-	600.000
Outros	1.764	-
	705.204	1.269.500

c) Despesas administrativas

	2017	2016
Serviços prestados por terceiros	3.407.137	1.268.052
Anúncios e publicações	-	53.493
Honorários advocatícios	192.195	111.243
Participação em patrocínios	-	75.000
Eventos e projetos	71.139	60.186
Viagens e estadias	159.733	59.612
Outras despesas administrativas	131.531	83.591
	3.961.735	1.711.177

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Partes relacionadas

O Instituto é controlado pelos associados fundadores e todos os integrantes da família Diniz com suas empresas holdings Península Participações S.A. e PAIC Participações Ltda.

As receitas de contribuições são oriundas das partes relacionadas acima, como demonstradas na nota 8 e correlacionadas as despesas apresentadas na nota 10, para atividades relacionadas à promoção, patrocínio, investimento e desenvolvimento, principalmente de atividades educacionais. Esses recursos por sua vez são destinados como doação para outras instituições sem fins lucrativos, sendo as doações em sua maioria destinadas para o ISESP. O Instituto Superior de Educação de São Paulo (ISESP) é uma associação sem fins lucrativos cujos mantenedores são: Instituto Península e Península Participações.

O Estatuto Social do Instituto define que as receitas serão constituídas por, entre outras, doações, legados, contribuições, auxílios, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas. Durante os exercícios de 2017 e 2016, grande parte da receita foi obtida através de contribuições da PAIC Participações Ltda e Península Participações S.A.